



A PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A. é uma sociedade de contabilidade com sede em Faro, sendo o capital social no valor de 300 000 EUR, do qual José Faria detém 200 000 EUR. Os restantes 100 000 EUR são detidos em partes iguais pelos restantes cinco acionistas. Todos os acionistas são Contabilistas Certificados. Esta sociedade foi constituída em 2010.

Questão 1.:

As sociedades de contabilidade distinguem-se das sociedades profissionais de contabilistas certificados por:

- a) Permitirem a existência de uma maioria de sócios que não sejam contabilistas.
- b) Permitirem a existência de uma maioria de gerentes não contabilistas.
- c) Poderem não exercer, em exclusivo, as atividades próprias dos Contabilistas Certificados.
- d) Todas as anteriores.

A PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A. presta fundamentalmente serviços de contabilidade aos seus clientes, em regra com base num contrato de prestação de serviços com avença mensal. A PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A. presta, ainda, serviços de consultoria de gestão e é também Parceiro Autorizado de uma conhecida marca de *software* de gestão, pelo que procede à implementação de sistemas informáticos (gestão comercial, *stocks* e gestão de tesouraria).

A PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A. tem uma boa carteira de clientes e a faturação anual rondou 1 200 000 EUR/ano ao longo dos últimos 3 anos (2018, 2019 e 2020).

A sociedade emprega cerca de 60 colaboradores. A sociedade tem um Conselho de Administração, onde têm assento todos os acionistas. José Faria é o presidente do Conselho de Administração.

Uma questão que preocupa os acionistas da PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A., dado o crescente risco associado à atividade de Contabilista Certificado, é a existência e atualização do seguro de responsabilidade civil profissional.



Questão 2.:

A não contratação, pelas sociedades de profissionais, de um seguro de responsabilidade civil com o capital mínimo de 150 000 EUR tem como consequência:

- a) A responsabilidade ilimitada dos sócios pelas dívidas sociais geradas durante o período de incumprimento.
- b) A responsabilidade dos sócios até ao limite de 50 000 EUR do seguro de responsabilidade civil obrigatório dos Contabilistas Certificados.
- c) A não assunção da responsabilidade por sinistros que ultrapassem o valor do património da sociedade.
- d) A responsabilidade ilimitada dos gerentes responsáveis pela não contratação do seguro.

Paulo Pereira, um dos acionistas da PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A. pediu a suspensão voluntária da atividade de Contabilista Certificado no princípio de 2019, há pouco mais de dois anos, e tem agora intenção de requerer o levantamento da suspensão.

Questão 3.:

Quando Paulo Pereira requerer o levantamento da suspensão:

- a) Deve submeter-se a uma avaliação de conhecimentos técnicos indispensáveis à profissão.
- b) Não está sujeito a qualquer avaliação de conhecimentos técnicos, desde que demonstre que no decurso da suspensão exerceu a profissão.
- c) Não está sujeito a qualquer avaliação de conhecimentos.
- d) Deve sujeitar-se ao exame de acesso à profissão previsto no artigo 31.º do Estatuto da OCC.

De forma a combater a pandemia atual, no ano de 2020, a PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A. adquiriu 4 000 máscaras e 100 litros de álcool gel, que disponibiliza à entrada das instalações para todos os funcionários e clientes.

Questão 4.:

Nesta empresa, o custo com a aquisição das máscaras e o álcool gel é considerado:

- a) Custo de distribuição.
- b) Custo administrativo.
- c) Custo conjunto.
- d) Custo industrial e não industrial.



Uma empresa de rent-a-car com sede em Faro e cliente da PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A., alugou a uma empresa com sede em França e aí registada para efeitos de IVA, durante um período dez dias, um automóvel para as deslocações em Portugal de funcionários desta empresa francesa.

Questão 5.:

Relativamente a esta operação, colocou-se a seguinte questão: onde é devido o IVA do referido aluguer?

- a) A prestação de serviços é considerada localizada no território nacional, pelo que terá de ser faturada com a taxa de IVA aplicável em Portugal.
- b) A prestação de serviços é considerada localizada em França, pelo que a fatura emitida pela empresa portuguesa deverá conter a menção “IVA autoliquidação”.
- c) O serviço em referência, embora sujeito a IVA em Portugal, beneficia da isenção aplicável ao transporte de passageiros.
- d) Não é devido IVA em Portugal, nem em França, mas sim no país onde estiver domiciliada a conta bancária subjacente ao pagamento do serviço.

A Limpiseca, S.A. é a empresa que procede diariamente à limpeza das instalações da PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A., sendo também cliente desta empresa.

A Limpiseca, S.A. adquiriu, em março de 2019, um conjunto de equipamentos de lavagem industrial por 120 000 EUR. Os equipamentos ficaram imediatamente disponíveis para uso, tendo sido estimada uma vida útil de 4 anos. A Limpiseca, S.A. adota o método da linha reta no cálculo das depreciações, efetuando a sua imputação numa base duodecimal.

Em 31 de dezembro de 2020, o justo valor deste equipamento é de 70 000 EUR e o seu valor de uso é de 54 000 EUR. Foi, ainda, apurado que existem custos de alienação equivalentes a 10% do justo valor do equipamento.

Questão 6.:

Face ao exposto, o valor que deve ser apresentado no Balanço, relativamente à rubrica relacionada com os Ativos Fixos Tangíveis é:

- a) 60 000 EUR.
- b) 54 000 EUR.
- c) 65 000 EUR.
- d) 63 000 EUR.



A Limpiseca, S.A. adquiriu, em março de 2020, 500 ações próprias pelo valor unitário de 2,52 EUR. Sabe-se que o capital social desta entidade é de 50 000 EUR, representado por 50 000 ações com o valor nominal de 1 EUR cada.

Questão 7.:

O reconhecimento contabilístico da aquisição das ações próprias implica:

- a) Debitar a conta “521 – Valor nominal” por 500 EUR / Debitar a conta “522 Descontos e prémios” por 760 EUR/ Creditar a conta “12 – Depósitos à ordem” por 1 260 EUR e, simultaneamente, Debitar a conta “552 – Outras reservas” por 1 260 EUR / Creditar a conta “55x – Reservas indisponíveis” por 1 260 EUR.
- b) Debitar a conta “521 – Valor nominal” por 500 EUR / Debitar a conta “522 Descontos e prémios” por 760 EUR/ Creditar a conta “12 – Depósitos à ordem” por 1 260 EUR e, simultaneamente, Debitar a conta “552 – Outras reservas” por 1 000 EUR / Creditar a conta “55x – Reservas indisponíveis” por 1 000 EUR.
- c) Debitar a conta “521 – Valor nominal” por 1 260 EUR / Creditar a conta “522 Descontos e prémios” por 760 EUR/ Creditar a conta “12 – Depósitos à ordem” por 500 EUR e, simultaneamente, Debitar a conta “552 – Outras reservas” por 1 260 EUR / Creditar a conta “55x – Reservas indisponíveis” por 1 260 EUR.
- d) Debitar a conta “51 – Capital subscrito” por 1 260 EUR e Creditar a conta “12 – Depósitos à ordem” por 1 260 EUR.

António Alves é administrador e acionista (com percentagem de participação no capital de 4%) da Limpiseca, S.A., onde auferiu, em 2020, uma remuneração mensal média de 2 500 EUR. Esta sociedade tem vindo, ao longo dos anos, a atribuir participação nos lucros ao administrador, sendo esperado, de acordo com essa prática, que lhe seja paga, em 2021, com referência ao lucro de 2020, uma gratificação de 7 500 EUR, pelo que reconheceu contabilisticamente, em 2020, o respetivo gasto.

Questão 8.:

Na determinação do lucro tributável do período de 2020:

- a) O gasto é integralmente dedutível.
- b) O gasto é dedutível pelo valor de 3 750 EUR, devendo a parte excedente ser acrescida ao lucro tributável do período.
- c) O gasto é dedutível pelo valor de 5 000 EUR, devendo a parte excedente ser acrescida ao lucro tributável do período.
- d) O gasto não é dedutível, devendo por isso ser acrescido na totalidade.



A Limpiseca, S.A. reconheceu contabilisticamente, no período de 2020, uma perda por imparidade relativa a um crédito, que não resulta de vendas nem de prestações de serviços que façam parte do seu objeto social, sobre o seu ex-administrador que, entretanto, saiu da empresa, e que se encontra em mora há mais de 24 meses, no valor de 2 000 EUR. Foi também reconhecida, no mesmo período, uma perda por imparidade no valor de 24 000 EUR, relativa a uma dívida de um cliente cujo processo de insolvência foi instaurado no mesmo ano.

Questão 9.:

As imparidades fiscalmente dedutíveis no período de 2020, são:

- a) 2 000 EUR.
- b) 24 000 EUR.
- c) 26 000 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Ainda relativamente à Limpiseca, S.A., sabe-se que detém uma participação de 10% no capital da sociedade Empire Business, Lda., com domicílio no Reino Unido, a qual foi adquirida em janeiro de 2017. Em maio de 2020, a Limpiseca, S.A. procedeu à alienação de metade desta participação de capital a uma empresa com sede na Zona Franca da Madeira, tendo obtido um ganho com esta transação.

Questão 10.:

Tendo em conta o exposto:

- a) O rendimento obtido pela empresa portuguesa qualifica-se como rendimento de capitais.
- b) A mais-valia obtida é tributada nos termos gerais.
- c) A mais-valia obtida não pode beneficiar do regime de *participation exemption* porque a parte de capital transmitida é inferior a 10%.
- d) A mais-valia obtida pode beneficiar do regime de *participation exemption* ainda que a parte de capital transmitida seja inferior a 10%.



A sociedade Carpitângulo S.A., cliente da PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A. e também com sede em Faro, dedica-se à fabricação e comércio de mobiliário, encontrando-se registada para efeitos de IVA no regime normal mensal.

Em fevereiro de 2021, efetuou as seguintes operações:

- Aquisição intracomunitária de mobiliário diverso proveniente de França, faturado pelo valor de 10 000 EUR, por um sujeito passivo aí registado para efeitos de IVA;
- Venda na sua loja do Porto, a um consumidor final, de mobiliário de sala, no valor de 30 000 EUR, acrescido de IVA à taxa normal.
- Compra, a um fornecedor com sede no Porto, de mobiliário, por 20 000 EUR, acrescido de IVA à taxa normal;
- Transmissão intracomunitária de bens, no valor de 5 000 EUR, remetidos a um cliente com sede em Espanha, aí registado para efeitos de IVA, que forneceu o respetivo número de identificação para efetuar a aquisição.

Questão 11.:

Tendo por base os dados fornecidos, o valor do IVA a entregar ao Estado no período referido ascende ao montante de:

- a) 0 EUR.
- b) 3 450 EUR.
- c) 2 300 EUR.
- d) Nenhuma das restantes respostas está correta.

Relativamente a um dos produtos que fabrica, a Carpitângulo S.A. estimou, para um determinado período, uma produção de 200 unidades, um custo unitário variável de 6 EUR e um custo fixo total de 2 800 EUR.

Questão 12.:

O preço de venda mínimo a praticar se a empresa desejar obter um resultado positivo de 2 000 EUR para aquele período e relativamente aquele artigo, é de:

- a) 10 EUR.
- b) 20 EUR.
- c) 30 EUR.
- d) 40 EUR.



Devido à situação pandémica atual, a Carpitângulo, S.A. encontra-se a trabalhar em regime de subutilização, fabricando apenas o produto Ref. QF386 que vende a 9 EUR por unidade. No mês de janeiro do ano 2021, produziu 2 600 unidades com a seguinte estrutura de custos: 2,60 EUR por unidade de custos variáveis industriais e 28 400 EUR de custos fixos administrativos. Neste período, o inventário inicial de QF386 foi de 640 unidades com um custo de 2,50 EUR cada unidade e no final do período contabilizaram-se 340 unidades de QF386.

No dia 31 de janeiro de 2021, surgiu a hipótese, que foi rejeitada pela administração da empresa, de um comprador estrangeiro adquirir os inventários finais do produto QF386. No entanto, esta proposta só oferecia 6 EUR por cada unidade de produto QF386, ficando os custos de transporte, no valor de 2 200 EUR, a cargo da empresa vendedora. Sabe-se que no início do ano de 2021 e no final de janeiro 2021, os inventários de produtos em curso de fabrico foram nulos e a empresa utiliza a fórmula de custeio *First In First Out* (FIFO).

Questão 13.:

O Resultado Operacional que a empresa obteria, no final janeiro de 2021, caso tivesse aceite a hipótese proposta pelo cliente estrangeiro seria de:

- a) 8 732 EUR de prejuízo.
- b) 10 820 EUR de prejuízo.
- c) 10 844 EUR de prejuízo.
- d) 12 740 EUR de prejuízo.

Já em abril de 2020 e também devido à situação pandémica atual, a Carpitângulo, S.A. esteve apenas a produzir o produto Ref. 2P288. Durante o mês de abril de 2020, o departamento fabril registou 4 200 EUR na rubrica “outros gastos” e adquiriu 2 000 unidades de matéria-prima MP-1 a 12 EUR cada, salientando-se que MP-1 é a única matéria-prima necessária para fabricar o produto Ref.2P288. Neste período, registou ainda os seguintes inventários:

	Inventários Iniciais	Inventários Finais
Matérias-primas MP-1	500 unidades a 10 EUR cada	200 unidades
Matérias-primas MP-2	300 unidades a 8 EUR cada	300 unidades
Matérias subsidiárias	840 EUR	620 EUR
Produtos em curso de fabrico	1 000 EUR	800 EUR



Questão 14.:

Sabendo que a empresa utilizava a fórmula de custeio Custo Médio Ponderado, para valorizar os seus inventários, o valor do Custo Industrial dos Produtos Acabados, no mês de abril de 2020, foi de:

- a) 10 420 EUR.
- b) 27 820 EUR.
- c) 31 300 EUR.
- d) 33 620 EUR.

Uma questão que a Administração da Carpitângulo, S.A. considera muito importante é o cálculo do ponto crítico ou de equilíbrio.

Questão 15.:

Tendo em consideração o tipo de custos, o cálculo do ponto crítico ou de equilíbrio considera:

- a) Apenas os custos variáveis industriais.
- b) Apenas os custos fixos industriais.
- c) Apenas os custos fixos e variáveis industriais.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Um dos principais negócios no Algarve é o do tratamento de águas, dado que existem na região um elevado número de piscinas, em hotéis e residências privadas. Em dezembro de 2020, a ReformulaTudo, S.A. continuou a efetuar uma prestação de serviço de reformulação do sistema de tratamento de águas de um cliente, que iniciara no passado mês de novembro. Em 31 de dezembro de 2020, encontrava-se concluída 50% da prestação de serviço, cujo valor global é de 60 000 EUR (acresce IVA à taxa de 23%) e, até ao final do mês de novembro, haviam sido reconhecidos réditos relacionados com este contrato no montante de 17 500 EUR. Sabe-se, ainda, que foram emitidas e contabilizadas faturas no montante de 20 000 EUR (acresce de IVA à taxa de 23%) em novembro, não tendo sido emitida qualquer fatura em dezembro.



Questão 16.:

Face ao exposto, o reconhecimento contabilístico a efetuar a 31 de dezembro de 2020 deve ser:

- a) Creditar a conta “72 – Prestações de Serviços” por 12 500 EUR, debitar a conta “282 – Rendimentos a reconhecer” por 2 500 EUR e debitar a conta “2721 - Devedores por acréscimos de rendimentos” por 10 000 EUR.
- b) Creditar a conta “72 – Prestações de Serviços” por 30 000 EUR e debitar a conta “2721 - Devedores por acréscimos de rendimentos” por 30 000 EUR.
- c) Creditar a conta “72 – Prestações de Serviços” por 12 500 EUR e debitar a conta “2721 - Devedores por acréscimos de rendimentos” por 12 500 EUR.
- d) Creditar a conta “72 – Prestações de Serviços” por 30 000 EUR, debitar a conta “282 – Rendimentos a reconhecer” por 2 500 EUR e debitar a conta “2721 - Devedores por acréscimos de rendimentos” por 27 500 EUR.

A ReformulaTudo, S.A. conseguiu obter recentemente um subsídio à exploração, respeitante à manutenção do sistema de abastecimento de águas de um conjunto de escolas.

Questão 17.:

Os recebimentos provenientes de subsídios à exploração devem ser apresentados na Demonstração de Fluxos de Caixa como:

- a) Recebimentos de atividades de investimento.
- b) Recebimentos de atividades de financiamento.
- c) Recebimentos de atividades operacionais.
- d) Recebimentos de atividades operacionais ou de financiamento.

A ReformulaTudo, S.A., que adota o modelo geral do SNC, possui um andar no centro de Faro, contabilizado como propriedade de investimento. Este andar foi adquirido em janeiro de 2016, sendo o seu custo de 220 000 EUR, e até meados de 2020 foi arrendado a terceiros. A ReformulaTudo, S.A. adota o modelo do justo valor na mensuração das suas propriedades de investimento, o qual ascendia, para aquele andar, a 290 000 EUR em 31/12/2020. Na sequência da forte expansão do seu negócio, a ReformulaTudo, S.A. decidiu que, a partir de 1 de março de 2021, aquele andar será usado para nele se instalarem parte dos serviços administrativos da sociedade.



Sabe-se que os demais andares do prédio, com características e uso semelhantes ao andar da ReformulaTudo, S.A. têm uma vida útil estimada de 50 anos e que o justo valor daquele andar, em 1/3/2021 ascendia a 305 000 EUR.

Questão 18.:

Nesta última data (1/3/2021) deve ser efetuado um registo, entre outros, a débito de:

- a) Propriedades de Investimento, por 305 000 EUR.
- b) Ativos Fixos Tangíveis, por 290 000 EUR.
- c) Ativos Fixos Tangíveis, por 305 000 EUR.
- d) Ativos Fixos Tangíveis, pela quantia escriturada do andar em 1 de março de 2021.

Marco Horácio é o Contabilista Certificado da PREMIUM ACCOUNTANTS, S.A. responsável pela contabilidade da ReformulaTudo, S.A.. Há algum tempo atrás, Marco Horácio assumiu as funções de Contabilista Certificado suplente devido a um impedimento prolongado de um colega. Após a cessação do impedimento, um dos clientes do colega impedido gostou do trabalho de Marco Horácio e quer que este continue a ser o seu Contabilista Certificado.

Questão 19.:

É possível Marco Horácio continuar a ser o Contabilista Certificado deste cliente?

- a) Sim, desde que cumprido o dever de lealdade a que está obrigado.
- b) Sim, desde que o colega autorize expressamente.
- c) Não, o contabilista suplente está impedido de assumir funções das entidades a quem prestou serviços nessa qualidade.
- d) Não, só pode assumir funções passados 24 meses.

Marco Horácio foi notificado para prestar esclarecimentos pela Autoridade Tributária e Aduaneira sobre as correções efetuadas no quadro 07 da declaração modelo 22 de 2019 da ReformulaTudo, S.A.

Questão 20.:

Neste caso, o Contabilista Certificado deve:

- a) Prestar os esclarecimentos solicitados.
- b) Invocar o segredo profissional e recusar-se a prestar esclarecimentos.
- c) Recusar-se a prestar esclarecimentos em qualquer circunstância.
- d) Não responder à notificação.



As questões seguintes são independentes do texto anteriormente apresentado

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:

Questão 21.:

O resultado integral de uma entidade que, num determinado período, apurou um resultado líquido de 57 000 EUR, reduziu o seu capital social em 30 000 EUR, apurou um excedente de revalorização no montante de 15 000 EUR e reconheceu uma variação positiva de 7 000 EUR no seu capital próprio, decorrente de uma alteração de política contabilística, deverá ser:

- a) 49 000 EUR.
- b) 79 000 EUR.
- c) 64 000 EUR.
- d) 27 000 EUR.

Questão 22.:

A Inventarium, Lda. comercializa a mercadoria UM1 e adota o sistema de inventário permanente na contabilização dos seus inventários. Durante o mês de setembro de 2020, recolheram-se os seguintes dados da ficha de armazém daquela mercadoria:

Dia	Descrição	Entradas		Saídas	
		Quantidade	Valor (EUR)	Quantidade	Valor (EUR)
04	Compra	6 500	182 000		
10	Venda			5 250	135 000
17	Venda			3 750	105 000
23	Devolução de venda	75	2 100		

Sabendo que em 1 de setembro de 2020 existia em armazém um lote de 4 000 unidades de mercadoria UM1, com um custo total de 100 000 EUR, identifique qual a fórmula de custeio adotada pela empresa para a saída dos inventários:

- a) FIFO.
- b) Valor realizável líquido.
- c) Custo médio ponderado.
- d) Custo de reposição.



Questão 23.:

Uma entidade, que adota a Norma Contabilística para Pequenas Entidades (NC-ME), possui um equipamento adquirido em março de 2019 e que foi inicialmente reconhecido por 180 000 EUR, tendo entrado em funcionamento no início de abril daquele ano. Foi estimada uma vida útil de 12 anos para o equipamento, não existindo qualquer valor residual e as depreciações são calculadas numa base duodecimal.

Sabe-se que, em 31 de dezembro de 2020, o justo valor do equipamento era de 165 000 EUR, não se conhecendo o montante dos *cash flows* esperados resultantes do uso daquele equipamento.

Tendo por base somente a informação referida, pretende-se saber qual das seguintes afirmações se encontra totalmente correta:

- a) No ano de 2020 a entidade reconheceu um excedente de revalorização de 11 250 EUR e a quantia escriturada do ativo apresentada no balanço é 153 750 EUR.
- b) No ano de 2020 a entidade reconheceu um excedente de revalorização de 11 250 EUR e a quantia escriturada do ativo apresentada no balanço é 165 000 EUR.
- c) No ano de 2020 a entidade reconheceu uma depreciação do período de 15 000 EUR e a quantia escriturada do ativo apresentada no balanço é 153 750 EUR.
- d) No ano de 2020 a entidade reconheceu uma depreciação do período de 15 000 EUR e a quantia escriturada do ativo apresentada no balanço é 165 000 EUR.

Questão 24.:

O balanço da sociedade Psiva, Lda., reportado a 31 de dezembro de 2019, apresentava na rubrica “Provisões” um valor de 25 000 EUR relativo a um processo judicial que lhe fora movido por um seu ex-trabalhador. Este processo foi interposto em 2018, ano em que a Psiva, Lda. reconheceu uma provisão por 12 000 EUR. A constituição e o reforço da provisão foram sustentados pelo parecer do advogado mandatado pela empresa. Em 2020 surgiram novos factos favoráveis à Psiva, Lda., imprevisíveis nos anos anteriores, tendo o advogado informado no final de 2020 que era muito provável que a empresa tivesse de pagar uma indemnização de apenas 8 000 EUR.

Em face do descrito, no ano 2020 a Psiva, Lda. deve ter:

- a) Debitado a conta “293 – Processos judiciais em curso” por 17 000 EUR.
- b) Creditado a conta “673 – Processos judiciais em curso” por 17 000 EUR.
- c) Creditado a conta “7633 – Processos judiciais em curso” por 13 000 EUR.
- d) Creditado a conta “56 – Resultados Transitados” por 17 000 EUR.



Questão 25.:

No dia 7 de setembro de 2018 foi adjudicada à Frescobra, Lda. uma obra, em regime de empreitada, referente à construção de um pavilhão multiusos, pelo valor de 550 000 EUR, a qual foi iniciada de imediato. A obra ficou concluída no final de novembro de 2020. É conhecida a seguinte informação relativa àquela obra:

(valores em EUR)

	31/12/2018	31/12/2019
Gastos totais estimados da obra	425 000	460 000
Gastos incorridos no período	29 750	361 250
Faturação emitida acumulada	50 000	487 500

Sabe-se, ainda, que no final de 2019 o valor adjudicado do contrato foi sujeito a revisão, passando a ser 600 000 EUR. No final da obra, em novembro de 2020, os custos totais suportados ascenderam a 465 000 EUR e o valor total do contrato foi novamente revisto para 610 000 EUR.

O rédito reconhecido pela Frescobra, Lda. no ano 2019, com o presente contrato, foi de:

- a) 510 000 EUR.
- b) 468 000 EUR.
- c) 437 500 EUR.
- d) Nenhum dos valores anteriores.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 26.:

Em Portugal, na situação atual, muitas das empresas industriais estão com a produção completamente parada ou com uma subutilização da capacidade instalada, suportando todos os meses custos fixos industriais e não industriais. Neste contexto, de forma generalista, para estas empresas, pode dizer-se que o sistema de custeio mais indicado será o:

- a) Total completo.
- b) Variável.
- c) Racional.
- d) Quotas teóricas.

Questão 27.:

Numa determinada empresa que fabrica em regime de produção conjunta dois produtos principais com preços de venda iguais, e sem custos específicos industriais e não industriais, o critério mais assertivo para apurar os custos conjuntos de cada produto principal, será o:

- a) Das quantidades produzidas.
- b) Do valor de venda potencial da produção.
- c) Do valor de venda potencial da produção, no ponto de separação.
- d) Do custo nulo.

Questão 28.:

Uma das limitações da análise Custo-Volume-Resultados (CVR) é o facto de se aplicar sobretudo:

- a) A longo prazo.
- b) A médio prazo.
- c) A curto prazo.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Questão 29.:

No início do ano de 2020, o contabilista da empresa Alfa, Lda. definiu, com base na experiência de anos anteriores, que cada unidade padrão do produto PP incorporaria 400 kg de matéria-prima (MP) que comprou a 2 000 EUR cada tonelada.

No mês de abril do ano de 2020, a empresa contabilizou 36 080 EUR de custos de MP para produzir o produto PP, registando, no final desse mês, um desvio total desfavorável de MP no valor de 880 EUR. As quantidades de PP produzidas, em abril de 2020, foram de:

- a) 44 unidades.
- b) 88 unidades.
- c) 7 040 unidades.
- d) 176 000 unidades.



Questão 30.:

Num determinado mês do ano N, a empresa Alfa, Lda. adquiriu 215 440 EUR de matéria-prima (MP), o valor do inventário inicial e final de MP foi de 6 000 EUR e 12 000 EUR, respetivamente. Contabilizaram-se 2 800 unidades de inventários finais de produto em curso de fabrico (PCF), faltando incorporar 70% de MP, sendo que os inventários iniciais de PCF foram nulos. Registou-se, ainda, um custo de produção unitário no valor de 11 EUR. No período em análise, as quantidades de produto acabado foram:

- a) 17 080 unidades.
- b) 17 625 unidades.
- c) 18 200 unidades.
- d) 19 290 unidades.



QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 31.:

Para efeitos de IVA, nas aquisições intracomunitárias de bens efetuadas por sujeitos passivos registados para efeitos daquele imposto em Portugal e aqui enquadrados no regime normal, a liquidação do imposto compete:

- a) Ao sujeito passivo adquirente dos bens, sendo que o IVA liquidado confere sempre direito a dedução.
- b) Aos vendedores dos bens, com base na fatura por eles emitida.
- c) Ao sujeito passivo adquirente dos bens, sendo que o IVA liquidado poderá, cumpridos os respetivos pressupostos, conferir direito à dedução.
- d) À Autoridade Tributária e Aduaneira, aquando do desalfandegamento das mercadorias, sem prejuízo do seu pagamento por parte do vendedor dos bens que assim terá de registar-se para efeitos de IVA em território nacional.

Questão 32.:

Das operações a seguir descritas, apenas uma é considerada localizada em território nacional para efeitos de IVA. Indique-a:

- a) Serviço de reparação, efetuado por uma empresa com sede em Portugal, sujeito passivo do Regime Normal, de um equipamento para cá remetido por uma empresa com sede em Espanha e aí registada para efeitos de IVA, a quem o serviço foi faturado.
- b) Empreitada de reconstrução, na sequência de um incêndio, efetuada por uma empresa com sede em França e aí registada para efeitos de IVA, num armazém industrial, localizado em Aveiro, pertencente a uma sociedade com sede na Região Autónoma da Madeira, enquadrada no regime normal do IVA, a quem a referida empreitada foi faturada.
- c) Serviço de transporte de bens de Sines para Madrid, faturado por uma empresa transportadora com sede em Portugal, enquadrada no Regime Normal do IVA, a uma empresa com sede no Reino Unido, não registada para efeitos de IVA em Portugal.
- d) Comissões pagas por uma empresa francesa, que utilizou o respetivo número de identificação fiscal para efetuar a aquisição, a um agente (comissionista) português, pelas encomendas por este angariadas junto de empresas portuguesas.



Questão 33.:

Indique a afirmação correta:

- a) Os prédios urbanos classificados como “comerciais, industriais ou para serviços” são tributados em sede de Adicional ao IMI.
- b) Estão sujeitas a IMT as transmissões onerosas do direito de propriedade sobre bens imóveis, situados ou não no território nacional, bem como outras situações equiparadas a transmissões onerosas.
- c) O Valor Patrimonial Tributário pode ser objeto de alteração por meio de avaliação com fundamento em desatualização, decorridos três anos sobre a data da inscrição ou da atualização do prédio na matriz.
- d) Os empréstimos efetuados pelo sócio, pessoa singular, à respetiva sociedade estão, atualmente, sempre isentos de imposto do selo, desde que destinados à cobertura de carências de tesouraria.

Questão 34.:

Uma pessoa singular residente em Portugal vendeu a uma sociedade francesa ações de uma sociedade espanhola. Supondo que as regras de incidência territorial da tributação do rendimento são idênticas em todos os países envolvidos, a eventual mais-valia considera-se obtida:

- a) Em Portugal.
- b) Em França.
- c) Em Espanha.
- d) Em nenhum dos países referidos nas alíneas anteriores.

Questão 35.:

Um Fundo de Investimento:

- a) É sujeito passivo de IRC por ter personalidade jurídica.
- b) Não é sujeito passivo de IRC.
- c) É sujeito passivo de IRC se obtiver rendimentos que não sejam tributados em IRS ou IRC diretamente na titularidade de pessoas singulares ou coletivas.
- d) É sujeito passivo de IRC se apresentar a declaração de inscrição no registo.



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 36.:

A existência de situações de incompatibilidade é uma infração disciplinar?

- a) Sim, punida com uma sanção de suspensão.
- b) Sim, punida com a pena de expulsão.
- c) Sim, punida com uma pena não superior a multa.
- d) Não constitui uma infração disciplinar.

Questão 37.:

Em segunda convocatória, a assembleia representativa pode deliberar por:

- a) Maioria simples dos membros presentes.
- b) Maioria absoluta dos membros da assembleia representativa.
- c) Maioria simples, desde que estejam presentes a maioria dos membros da assembleia representativa.
- d) Maioria simples, desde que estejam presentes todos os membros da assembleia representativa.

Questão 38.:

Inexistindo património na esfera de um contribuinte para o pagamento de uma dívida fiscal, o Contabilista Certificado pode ser responsabilizado pelas dívidas fiscais dos seus clientes se:

- a) Comprovadamente o Contabilista Certificado tiver violado de forma negligente os deveres de regularidade técnica a que está obrigado.
- b) Comprovadamente o Contabilista Certificado tiver violado de forma dolosa os deveres de regularidade técnica a que está obrigado.
- c) Os gerentes não dispuserem de património suficiente para o pagamento das dívidas.
- d) Todas as anteriores.

Questão 39.:

Os sócios de uma sociedade profissional de Contabilistas Certificados devem ser:

- a) Todos Contabilistas Certificados.
- b) Todos gerentes ou administradores da sociedade.
- c) Gerentes ou administradores, se forem Contabilistas Certificados.
- d) Maioritariamente Contabilistas Certificados.

Questão 40.:

O diretor técnico de uma sociedade de contabilidade:

- a) É simultaneamente gerente ou administrador da sociedade.
- b) Deverá ser sócio da sociedade.
- c) É um Contabilista Certificado com a inscrição em vigor.
- d) Deverá ser um trabalhador por conta de outrem.